



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Decisão da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos relativa
às Contas da Campanha Eleitoral
para a Eleição para Assembleia
da Região Autónoma dos Açores
2020, realizada em 25 de outubro
de 2020, apresentadas pelo
Partido da Terra**

PA 05/ALRAA/20/2020

dezembro/2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria	3
2. Limitações ao âmbito dos trabalhos de auditoria, situações de impossibilidade de extração de conclusões, erros ou incumprimentos verificados relativamente às Contas de Campanha, identificados no Relatório da ECFP e reanalisados, atentos os elementos constantes do processo.	Erro! Marcador não definido.
2.1. Apresentação das contas de campanha após prazo legal (Ponto 4.1. do Relatório da ECFP)	Erro! Marcador não definido.
2.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)	Erro! Marcador não definido.
2.3. Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários (Ponto 4.3. do Relatório da ECFP).....	Erro! Marcador não definido.
2.4. Deficiências no suporte documental de algumas receitas de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP).....	11
2.5. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – receita não refletida na conta bancária de campanha (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)	15
3. Decisão	17



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
Candidatura	Partido da Terra
MPT	Partido da Terra
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do Partido da Terra



1. Introdução, apresentação da informação financeira e âmbito do trabalho de auditoria

Decorre do artigo 35.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005, que cada candidatura presta à Entidade as contas discriminadas da sua campanha eleitoral, no prazo previsto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, isto é, no prazo máximo de 90 dias, no caso das eleições autárquicas, e de 60 dias, nos demais casos, após o pagamento integral da subvenção pública.

Do n.º 2, do artigo 18.º, da LO n.º 2/2005, resulta que os mandatários financeiros das campanhas são responsáveis pela elaboração das respetivas contas da campanha, a apresentar à Entidade, no prazo máximo de 60 dias, após o integral pagamento da subvenção pública, em suporte escrito e informático.

Em 9 de abril de 2021, a ECFP comunicou à Candidatura que o prazo máximo para prestar as contas discriminadas da campanha eleitoral teria o seu término no dia 14 de junho de 2021 (cfr. fls. 19 do PA).

Atendendo a que a Candidatura prestou contas no dia 29 de novembro de 2021 (cfr. fls. 24 a 115 do PA), verifica-se estar perante a violação dos artigos 35.º, n.º 1, e 18.º, n.º 2, ambos da LO n.º 2/2005 e do artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

Começamos por nos reportar à irregularidade de “Apresentação das Contas de Campanha após o prazo legal” (apontado ponto i. das Conclusões do Relatório e ponto 4.1. dos Resultados/Observações).

A referida irregularidade está prevista nos artºs 35º, nº1, e 18º, nº2, ambos da LO nº2/2005 e do artº 27º, nº1, da Lei nº19/2003. Da parte do MPT trata-se de uma falha notória, que assume como sua. O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, compreendem a importância do cumprimento dos prazos e penitenciam-se por qualquer inconveniente que o aludido atraso possa ter causado a essa ECFP. Não obstante ter realizado um inquérito (informal) interno, para tentar averiguar as causas de tal irregularidade, e eventual justificação para a sua ocorrência, não conseguiu chegar a nenhuma conclusão definitiva, senão aquela que passará a descrever de seguida, e está relacionada com os tempos excepcionais que se viveram à época e afectaram o nosso dia-a-dia. Na verdade, o MPT está convencido que o atraso na entrega não se deve a negligência ou falta de empenho da sua parte, nem dos titulares dos seus órgãos, nomeadamente da sua mandatária financeira, mas ao contexto excepcional que



Portugal viveu precisamente no período que mediou o limite do prazo de entrega (14-06-2021) e a data de entrega das contas (21-11-2021), marcado pela pandemia da COVID-19. O MPT relembra apenas que durante o período de estado de emergência e estado de alerta, decretados no âmbito da pandemia, as rotinas e a capacidade de trabalho de todos os cidadãos foi significativamente afetada por diversas razões, nomeadamente:

- **Restrições de mobilidade:** *as restrições de circulação e o confinamento obrigatório dificultaram o acesso a locais essenciais para a elaboração do relatório;*
- **Encerramento de serviços:** *o encerramento de entidades bancárias, serviços públicos e privados, limitou o acesso a dados e informações relevantes para o relatório;*
- **Doença e isolamento:** *a pandemia provocou um aumento do número de casos de doença e isolamento profilático, afetando a minha saúde e a de pessoas do meu círculo familiar, o que impactou negativamente a minha produtividade;*
- **Reajuste das prioridades:** *o contexto pandémico obrigou a um reajuste das prioridades a nível individual e profissional, com a necessidade de dedicar mais tempo a atividades essenciais como o cuidado de familiares e a proteção da saúde individual e pública.*

Mais precisamente, durante o período compreendido entre o limite do prazo de entrega (14-06-2021) e a data de entrega das contas (21-11-2021), era este o quadro legal vivido em Portugal:

Uso obrigatório de máscara: • *Em espaços públicos fechados e abertos, com exceção de crianças com menos de 6 anos, pessoas com doenças respiratórias graves e isentas mediante apresentação de atestado médico.* • *Em transportes públicos, incluindo táxis e TVDE;*

Teletrabalho obrigatório: • *Sempre que as funções o permitissem, com exceção para serviços essenciais;*

Locais de trabalho: • *Limitação de ocupação a 50%.* • *Distanciamento físico de 2 metros entre pessoas.* • *Higienização frequente das mãos e superfícies;*

Comércio e serviços: • *Horário de funcionamento limitado para alguns estabelecimentos.* • *Lotação máxima de clientes em função da área do espaço.* • *Distanciamento físico de 2 metros entre pessoas;*



Restaurantes e cafés: • Horário de funcionamento limitado. • Lotação máxima de clientes em função da área do espaço. • Distanciamento físico de 2 metros entre pessoas. • Uso de máscara obrigatório quando não estivesse a consumir alimentos ou bebidas;

Eventos: • Realização apenas com autorização prévia das autoridades competentes. • Limitação do número de participantes em função da área do espaço. • Distanciamento físico de 2 metros entre pessoas. • Uso de máscara obrigatório;

Reuniões e encontros: • Realização preferencialmente online. • Limitação do número de participantes em reuniões presenciais. • Distanciamento físico de 2 metros entre pessoas. • Uso de máscara obrigatório;

Ensino: • Ensino presencial com regras de distanciamento físico e uso de máscara obrigatório. • Testes regulares à COVID-19 para alunos e staff em alguns casos;

Fronteiras: • Apresentação de Certificado Digital COVID da UE ou teste PCR negativo à COVID-19 realizado nas 72 horas anteriores para viagens ao estrangeiro. • Quarentena obrigatória para viajantes provenientes de países de alto risco;

Outras medidas: • Cancelamento de eventos culturais e desportivos de grande escala. • Encerramento de discotecas e bares noturnos. • Limitação de ajuntamentos em espaços públicos e privados.

É importante salientar que estas são apenas algumas das restrições em vigor durante o período em questão, como se poderá confirmar através da consulta das páginas oficiais do Governo Português e da Direção-Geral da Saúde (Governo Português: <https://covid19estamoson.gov.pt/> e Direção-Geral da Saúde: <https://www.dgs.pt/>) Apesar das dificuldades enfrentadas, o MPT, todos os titulares dos seus órgãos, e especialmente a sua mandatária financeira, mantiveram o seu compromisso para com a ECFP de elaboração do relatório e dedicaram o máximo de tempo e esforço à sua finalização, inclusive implementando soluções alternativas para trabalhar remotamente, de forma virtual, o que em boa verdade nem sempre foi possível, pois muitos dos intervenientes ficaram seriamente afectados nas suas pessoas.

O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, acreditam que o seu relatório, agora concluído com os esclarecimentos adiante vertidos, refletem bem a genuinidade de todo o seu empenho e dedicação, mesmo em face das adversidades e que a ratio legis, no fundo, não ficou exageradamente comprometida pelo atraso, daí terminarem pedindo a compreensão e flexibilidade dessa



ECFP neste assunto relevando a violação dos arts 35º, nº1, e 18º, nº2, ambos da LO nº2/2005 e do artº 27º, nº1, da Lei nº19/2003.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

Em sede de contraditório, a Candidatura veio assumir a prática do facto, sendo de salientar que a argumentação apresentada pelo MPT não afasta a irregularidade identificada.

Em 9 de abril de 2021, a ECFP tendo em conta o prazo máximo de 60 dias após o pagamento integral da subvenção pública (que ocorreu em 17-03-2021), comunicou à Candidatura que o prazo máximo para prestar as contas discriminadas da campanha eleitoral teria o seu término no dia 14 de junho de 2021 (cfr. fls. 19 do PA).

Ainda que se chame à colação a causa de suspensão especial prevista no artigo 6.º-B da Lei n.º 4-B/2021, de 1 de fevereiro, por força da pandemia covid19, defendendo-se, em abstrato, a suspensão da prática do ato de 17-03-2021 até 5 de abril de 2021, o certo é que em Julho de 2021 esgotou-se o prazo limite para a apresentação das contas (mesmo já tendo em conta o contexto pandémico).

Atendendo a que a Candidatura prestou contas no dia 29 de novembro de 2021 (cfr. fls. 24 a 115 do PA), ou seja, vários meses após a data limite para a apresentação de contas que também teve em consideração a realidade da pandemia Covi19, verifica-se estar perante a violação dos artigos 35.º, n.º 1, e 18.º, n.º 2, ambos da LO n.º 2/2005 e do artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Assim, atendendo a que a entrega das contas da campanha eleitoral foi realizada fora do prazo estabelecido, estamos perante uma violação do disposto nos artigos 35.º, n.º 1, e 18.º, n.º 2, ambos da LO n.º 2/2005 e no artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.



2.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (Ponto 4.2. do Relatório da ECFP)

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística.

Assim, neste contexto, a análise dos documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral apresentados pela Candidatura, permitiu verificar que o “ANEXO VIII – Balanço de campanha eleitoral” não se encontra elaborado de forma adequada (cfr. fls. 91 do PA), consequência da deficiente apresentação das rubricas “Saldo Final da Campanha” e “Fornecedores”. Concretizando:

- A. Na rubrica “Saldo Final da Campanha” deveria ter sido registado o valor de 170,00€, ao invés de saldo nulo, correspondente ao “Resultado líquido da campanha” apresentado no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” (cfr. fls. 92 do PA);
- B. A rubrica “Fornecedores”, que à data do fecho das contas apresenta o valor de 1,00€, deveria registar saldo nulo.

Esta situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

No âmbito do exercício do contraditório, poderá o Partido apresentar a referida demonstração financeira devidamente corrigida.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

Relativamente à segunda irregularidade apontada no Relatório, “Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha” (apontado ponto ii. das Conclusões do Relatório e ponto 4.2. dos Resultados/Observações).

O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, reconhecem que as contas prestadas estão inquinadas da referida irregularidade e juntam em anexo as contas com a



rectificação da apontada irregularidade. O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, solicitam, ainda, que essa ECFP, com a junção da rectificação ora apresentada em anexo releve a violação do disposto no artº 12º, nºs 1 e 2 da Lei nº19/2003, aplicável ex vi artº 15º, nº 1 do mesmo diploma.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura apresentou através do ficheiro “ALTERAÇÃO ANEXO VIII – Balanço de campanha eleitoral” a referida demonstração financeira devidamente corrigida (cfr. fl. 167 do PA).

Assim, face à apresentação de novos documentos de prestação de contas (ANEXO VIII – Balanço de campanha eleitoral), considera-se sanada a irregularidade.

2.3. Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários (Ponto

4.3. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003, as receitas e despesas de campanha eleitoral constam de contas próprias, a que correspondem contas bancárias especificamente constituídas para o efeito, onde devem ser depositadas as respetivas receitas e movimentadas todas as despesas relativas à campanha.

Decorre da alínea a) do n.º 7 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003, aplicável às campanhas eleitorais por força do artigo 15.º, n.º 1, *in fine*, da mesma Lei, que devem ser anexadas à prestação das contas, a totalidade dos extratos bancários da conta aberta para os fins da campanha eleitoral que permita identificar todos os movimentos a crédito e débito realizados.

No caso vertente, a Candidatura abriu uma conta bancária exclusiva para a campanha ALRAA 2020, com o IBAN _____, aberta em 06/08/2020 junto do “Banco Português de Investimento, S.A.” (cfr. fls. 10 do PA), relativamente à qual não entregou a seguinte documentação:

- A.** Extratos bancários desde a data da sua abertura à data do seu encerramento;



- B.** Declaração de encerramento da conta bancária emitida pela respetiva instituição bancária.

Ora, a ausência de entrega dos documentos suprarreferidos impossibilita verificar e comprovar que todas as receitas foram depositadas na conta de campanha e que todas as despesas da campanha foram movimentadas na conta bancária de campanha, verificando-se, por esta via, a violação do dever de revelação de todos os extratos bancários, incluindo a não entrega da declaração de encerramento da conta bancária de campanha, previsto no artigo 12.º, n.º 7, alínea a), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, e do dever previsto no artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, do mesmo preceito legal.

No âmbito do exercício do contraditório, poderá o Partido apresentar os referidos elementos bancários.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

Relativamente à terceira irregularidade apontada no Relatório, “Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários (Extractos bancários desde a data da sua abertura à data do seu encerramento)” (apontado ponto iii. das Conclusões do Relatório e ponto 4.3. dos Resultados/Observações).

O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, reconhecem que as contas prestadas estão inquinadas da referida irregularidade e juntam em anexo os extractos bancários em falta, apenas obtidos já após o fim do prazo limite de apresentação das contas e, também, da data de apresentação das mesmas, pelas razões que se apontam infra.

Com efeito, O MPT chama a atenção, para o facto de ter solicitado insistentemente à entidade bancária os extractos em falta, a fim de os juntar às contas apresentadas a essa ECFP e esta não os ter fornecido atempadamente. Na verdade, durante a Pandemia do Covid 19 a entidade bancária em causa mantinha o acesso pessoal às suas agências com bastantes limitações, os contactos telefónicos e por correio electrónico eram extremamente difíceis e por detrás da entrega tardia das contas também esteve a dificuldade na obtenção destes extractos (o MPT atrasou a entrega na expectativa da entidade bancária ainda vir a fornecer essa documentação bancária, o que nunca aconteceu até à data em que procedeu à sua entrega), circunstancialismo este que deveria ter sido referido nas contas e, certamente só por lapso, não aconteceu.



O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, solicitam, assim, que essa ECFP, com a junção da rectificação ora apresentada em anexo releve a violação do disposto nos artºs 12º, nº7, al. a), ex vi artº 15º, nº 1 da Lei nº19/2003.

Relativamente à quarta irregularidade apontada no Relatório, “Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários (Declaração de encerramento da conta bancária emitida pela respectiva instituição bancária)” (apontado ponto iii. das Conclusões do Relatório e ponto 4.3. dos Resultados/Observações).

Reconhecemos que as contas prestadas estão inquinadas da referida irregularidade juntando em anexo o comprovativo do pedido de encerramento da conta bancária efectuado por escrito junto da entidade bancária (depois de ter efectuado tal pedido verbalmente por diversas vezes). Todavia, não obstante o MPT tenha solicitado à entidade bancária o encerramento da conta bancária, a fim de juntar às contas apresentadas a essa ECFP o seu comprovativo esta não efectuou tal encerramento (pelo menos que o MPT tenha conhecimento), nem forneceu tal declaração até à presente data, alegando que o facto das contas bancárias estarem penhoradas – o que é verdade – impede o encerramento das contas.

O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, solicitam, pelo exposto, que essa ECFP, com a junção do comprovativo do pedido de encerramento da conta bancária efectuado por escrito junto da entidade bancária (depois de ter efectuado tal pedido verbalmente por diversas vezes) ora apresentada em anexo releve a violação do disposto no artº 12º, nºs 1 e 2 da Lei nº19/2003, aplicável ex vi artº 15º, nºs 1 e 3 do mesmo diploma.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura reconhece que durante o processo de prestação de contas não foram entregues os extratos bancários da conta aberta para os fins da campanha eleitoral. A Candidatura alega também que solicitou insistentemente à entidade bancária os extratos em falta, mas estes foram apenas obtidos após o fim do prazo limite de apresentação das contas.

A Candidatura, notificada para juntar os extratos bancários em falta desde a data da sua abertura até à data do seu encerramento, veio fazer a entrega da referida documentação via correio eletrónico, no dia 20/06/2024 (extratos bancários desde a abertura da conta até 31/01/2023, (cfr. fls. 169 a 179, do PA), pelo que a irregularidade quanto à falta de extratos



bancários encontra-se sanada, deixando de subsistir. Verifica-se que foram entregues os extratos bancários desde a data da abertura de conta até depois do ato eleitoral, pelo que se entende que esta irregularidade se encontra sanada.

No que respeita à entrega da declaração de encerramento da conta bancária emitida pela respetiva instituição bancária, no exercício do seu direito de resposta a Candidatura reconhece que durante o processo de prestação de contas esta declaração não foi entregue.

A Candidatura, quanto à irregularidade de falta da declaração de encerramento da conta bancária, veio fazer a entrega, via correio eletrónico, do pedido de encerramento que efetuou por escrito junto da entidade bancária, no dia 13/05/2021, através do ficheiro “Pedido Encerramento CtaBPI” (cfr. fl. 180 do PA).

No âmbito do exercício do contraditório, o MPT alega que a respetiva instituição bancária não efetuou o encerramento da conta nem disponibilizou ao partido, até à presente data, a declaração de encerramento pelo facto de a conta bancária estar penhorada, condição esta que impede o encerramento da mesma. O certo é que a Candidatura não entregou nenhuma prova do alegado, ou seja, não juntou nenhum documento da instituição bancária na qual a mesma assumia que não procede ao encerramento da conta, pelo facto de a conta bancária estar penhorada.

Por conseguinte, subsiste, nesta parte, a falta de entrega da declaração de encerramento da conta bancária, mantendo-se a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP que é atentatória do artigo 12.º, n.º 7, alínea a), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, e do artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, do mesmo preceito legal.

2.4. Deficiências no suporte documental de algumas receitas de campanha (Ponto 4.4. do Relatório da ECFP)

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e que



estas se encontrem suportadas por documentos de suporte que permitam comprovar estas receitas.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Por sua vez, o artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, estabelece e elenca as fontes únicas de financiamento das campanhas eleitorais.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado artigo 16.º, as receitas obtidas com donativos provenientes de angariação de fundos têm de obedecer a uma série de imposições, que vão desde o limite de 60 IAS por doador, à obrigatoriedade da sua titulação por cheque ou outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem (cfr. artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003).

No caso vertente, a Candidatura registou no “Mapa M4: Conta – Receitas de Campanha – Donativos em espécie/dinheiro” receita proveniente de pessoa singular, com a identificação “ ” e “NIF ”, com data de 21/10/2020 (cfr. fls. 43 do PA), suportada unicamente por um documento de depósito bancário emitido pelo “Banco Português de Investimento, S.A.”, no qual consta o valor e data de um depósito na importância de 170,00€ (cfr. fls. 86 do PA).

As limitações existentes no suporte documental apresentado, acrescido da não entrega dos extratos da conta bancária de campanha, como referido no ponto 2.3. deste relatório, impossibilitam confirmar e aferir da natureza e da origem desta receita.

Note-se que o registo de uma receita de campanha implica a disponibilização de suporte documental (artigo 32.º, n.º 2, da LO n.º 2/2005) que permita corroborar e estabelecer correspondência entre a origem do movimento bancário, a discriminação da receita registada e a identificação do doador. Tratando-se de uma receita obtida mediante recurso a angariação de



fundos tem que obrigatoriamente ser titulada por cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem.

Esta situação justifica cabal esclarecimento, por forma a que, atento o princípio da transparência, seja afastada a hipótese de tal situação representar um donativo fora do âmbito de uma ação de angariação de fundos, cuja origem e natureza não seja possível identificar (receita não prevista pelo artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003).

A situação descrita configura uma violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003 e do artigo 16.º, n.º 4, do mesmo diploma.

No âmbito do exercício do contraditório, poderá o Partido vir esclarecer o âmbito em que aquela receita ocorreu, designadamente se é produto de atividade de angariação de fundos, e juntar documento bancário que permita a identificação do montante e da sua origem (identificação do doador).

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:

Relativamente à quinta irregularidade apontada no Relatório, “Deficiências no suporte documental de algumas receitas de campanha” (apontado ponto iv. das Conclusões do Relatório e ponto 4.4. dos Resultados/Observações).

O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, reconhecem que as contas prestadas estão inquinadas da referida irregularidade e juntam em anexo as contas com a rectificação da apontada irregularidade.

O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, solicitam, ainda, que essa ECFP, com a junção da rectificação ora apresentada em anexo releve a violação do disposto no artº 12º, nºs 1 e 2 da Lei nº19/2003, aplicável ex vi artº 15º, nº 1 e do artº 16º, nº4, do mesmo diploma.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura reconhece a referida irregularidade e menciona que anexa as contas retificadas, enviando-as no dia 20/06/2024, juntando um documento intitulado “declaração de donativo individual” emitido e assinado por



no qual declara que doou em 21-10-2020 a quantia de 170€ em numerário ao MPT para fazer face à abertura de conta da campanha (cfr. fl. 167 e 168 do PA).

Através dos extratos bancários entretanto anexados pela Candidatura, é possível confirmar que passou pela conta bancária de campanha, através de um depósito em numerário datado de 21-10-2021, o valor de 170,00€ (cfr. fls. 169 do PA).

No caso vertente, tendo em conta o depósito em numerário junto a fls. 86 do PA e o extrato bancário (cfr fls. 169 do PA) conjugado com a “Declaração de donativo individual” assinada de fls. 168, enquanto documentos de suporte da receita, resulta que o valor de 170€ se trata de um donativo de _____ à Candidatura para fazer face à abertura da conta bancária da Campanha e, nessa medida, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP que era atentatória dos artigos 12.º, nºs 1 e 2, ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003 encontra-se sanada.

Tendo em conta que foi uma receita obtida para um fim específico - fazer face à abertura da conta bancária da Campanha (cfr declaração de fls. 168) – a mesma terá sido o produto de uma atividade de angariação de fundos para esse efeito.

Contudo, do extrato bancário junto a fls. 169 do PA e do depósito em numerário junto a fls. 86 do PA), não é possível identificar a origem do depósito. É certo que da declaração de Donativo enviada a fls. 168 do PA conjugada com o extrato bancário de fls. 169 e o depósito em numerário de fls. 86 ambos do PA, é possível fazer tal ligação, porém dos documentos emitidos pela instituição bancária não é possível a identificação da sua origem (identificação do depositante), conforme impõe o artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003.

Por conseguinte, subsiste, nesta parte, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP que é atentatória do artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003.



2.5. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – receita não refletida na conta bancária de campanha (Ponto 4.5. do Relatório da ECFP)

Nos termos do artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003, as receitas de campanha eleitoral constam de contas próprias, a que correspondem a conta bancária especificamente constituída para o efeito, na qual são depositadas as respetivas receitas relativas à campanha.

Por sua vez, a alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º, prevê a possibilidade do financiamento através de donativos pecuniários de pessoas singulares obtidas no âmbito de atividades de angariação de fundos para a campanha eleitoral (cfr. artigo 16.º, n.º 4, do mesmo preceito legal).

No caso em apreço, a Candidatura registou no “Mapa M4: Conta – Receitas de Campanha – Donativos em espécie/dinheiro” (cfr. fls. 43 do PA) receita no valor de 104,80€, do depositante “
”, com o NIF
, no dia 23/10/2020 (cfr. fls. 87 do PA), a qual não passou pela conta bancária de campanha com o IBAN
, aberta junto do “Banco Português de Investimento, S.A.” (cfr. fls. 10 do PA).

Esta receita, em vez de ter sido depositada na conta da campanha, foi utilizada para o pagamento de uma despesa ao fornecedor “COFINA MEDIA, S.A.”, registada no “Mapa M7: Conta: Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa e digital”, com o descritivo “Anúncio”, referente à publicação do anúncio do mandatário financeiro (cfr. fls. 15 e 103 do PA), e suportada pela fatura “FAT6754”, datada de 14 de outubro de 2020 (cfr. fls. 57 do PA), no valor de 104,80€, e por um comprovativo emitido pelo “Banco Português de Investimento, S.A.” (cfr. fls. 87 do PA).

Esta situação justifica cabal esclarecimento, por forma a que, atento o princípio da transparência, seja afastada a hipótese de tal situação representar um pagamento de uma despesa por um terceiro, situação que poderá indiciar a obtenção de uma receita não consentida/prevista no artigo 16.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Por conseguinte, a situação descrita supra configura uma violação do artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003.

Em sede de exercício do direito ao contraditório, foi referido pela Candidatura:



Relativamente à sexta irregularidade apontada no Relatório, “Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – receita não reflectida na conta bancária de campanha” (apontado ponto v. das Conclusões do Relatório e ponto 4.5. dos Resultados/Observações).

O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, reconhecem que as contas prestadas estão inquinadas da referida irregularidade e juntam em anexo as contas com a rectificação da apontada irregularidade.

O MPT, todos os titulares dos seus órgãos, incluindo a sua mandatária financeira, solicitam, ainda, que essa ECFP, com a junção da rectificação ora apresentada em anexo releve a violação do disposto no artº 16º, nº 1 da Lei nº19/2003.

Apreciação do alegado pela Candidatura:

No exercício do seu direito de resposta, a Candidatura reconhece a referida irregularidade.

Nos termos do disposto no artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003, o pagamento de despesas de campanha é feito, obrigatoriamente, por instrumento bancário (cheque ou outro meio bancário que permita a identificação quer do montante quer do destinatário do pagamento – cfr. artigo 9.º, n.º 1, do mesmo diploma). Constituem exceção a esta regra as despesas de montante inferior ao valor do IAS e desde que estas despesas não atinjam, no global, um valor correspondente a 2% dos limites fixados para as despesas de campanha.

De acordo com o n.º 4 do artigo 19.º da L 19/2003, para as despesas de campanha passíveis de serem pagas em numerário nos termos do número 3 do artigo 19.º (inferiores ao valor do IAS) é admissível o seu pagamento por pessoas singulares, a título de adiantamento, e seu ulterior reembolso, por instrumento bancário que permita a identificação da pessoa, pela conta bancária da campanha eleitoral.

Além disso, e em conformidade com o estatuído no artigo 15.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003, todas as receitas e despesas de campanha têm obrigatoriamente de ser movimentadas através da conta bancária especificamente constituída para o efeito.



Verifica-se que quanto à despesa registada nas contas da campanha no montante de 104,80 Eur. (referente à fatura “FAT6754”, datada de 14 de outubro de 2020, relativa à publicação de anúncio de mandatário financeiro) não foi feito o seu pagamento pela conta bancária da campanha e que aquele pagamento foi realizado diretamente por uma pessoa singular “

” ao fornecedor “COFINA MEDIA, S.A.”. Porém, dado que se trata de uma despesa de valor inferior ao IAS e o valor total das despesas não ultrapassa o valor global de 2% dos limites fixados para as despesas da campanha, o pagamento daquela despesa por um terceiro é admissível, a título de adiantamento, desde que após esse pagamento ocorra o reembolso de tal valor através da respetiva conta bancária, por forma a permitir a identificação do reembolso à pessoa.

Sucedem que nem o pagamento nem o reembolso daquela despesa foi movimentada pela conta bancária da campanha (cfr depósito de fls. 87 e extratos bancários de fls. 169 a 179, todos do PA), em violação do disposto nos artigos 19.º, n.ºs 3 e 4, e 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003.

O que se verificou, no caso em concreto, foi a aceitação por banda da candidatura de um donativo que se traduziu no pagamento por terceiro de uma despesa que àquela aproveitou, sendo que se impunha a obrigatoriedade de depósito daquela receita na conta bancária especificamente constituída para o efeito, nos termos do artigo 15.º, n.º 1 e 3, da Lei n.º 19/2003, o que não ocorreu.

Por conseguinte, subsiste, a irregularidade identificada no relatório inicial da ECFP que é atentatória do artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003.

3. Decisão

Atentos os elementos recolhidos e analisados em sede de auditoria, a sua sistematização no âmbito do Relatório efetuado, os esclarecimentos ulteriores prestados pela Candidatura e a sua análise supra, verifica-se que se está perante uma situação de contas prestadas com irregularidades (artigo 43.º, n.º 1, da Lei Orgânica 2/2005):



- a) Verifica-se incumprimento do prazo legal de apresentação das contas de campanha (ver ponto 2.1.);
- b) Verifica-se deficiências no processo de prestação de contas referente ao encerramento da conta bancária da campanha (ver ponto 2.3.);
- c) Verificam-se deficiências no suporte documental de algumas receitas de campanha (ver ponto 2.4.);
- d) Verifica-se incumprimento do regime legal relativo a receitas de campanha não refletidas na conta bancária da mesma (ver ponto 2.5.).

Notifique-se, nos termos do n.º 3 do artigo 43.º da Lei Orgânica 2/2005.

Extraia-se certidão para os efeitos previstos no artigo 44.º da Lei Orgânica 2/2005.

Lisboa, 20 de dezembro de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador
(Presidente)

João Pires
(Vogal, ROC)